

NOTA TÉCNICA

A evolução da população ocupada com nível superior no mercado de trabalho¹

1 Introdução

O mercado de trabalho foi muito afetado pela crise econômica recente, especialmente em 2015 e 2016. Mesmo nesse período pior, no entanto, a população ocupada mais escolarizada – com nível superior – continuou aumentando, enquanto todas as demais faixas de escolaridade sofreram perdas significativas. O resultado é que a população brasileira vem se tornando cada vez mais escolarizada, como mostram os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), coletada e divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Dentro dessa perspectiva, e com base na pesquisa citada, esta nota tem por objetivo não apenas retratar a evolução dessa parcela da população mais escolarizada no mercado de trabalho brasileiro, mas também avaliar se, de fato, esses trabalhadores estão desenvolvendo atividades compatíveis com a sua especialização – ou se está ocorrendo uma subutilização dessa mão de obra mais graduada.

2 Aspectos gerais

Ao longo dos últimos anos, a PNAD Contínua revela uma melhora do nível educacional da população brasileira, impactando positivamente o grau de escolaridade da força de trabalho no país. No terceiro trimestre de 2018, a taxa de analfabetismo entre as pessoas com mais de 15 anos era de 7,0%, representando uma queda significativa quando comparada à registrada no primeiro trimestre de 2012 (10,6%). Na outra ponta, o percentual de brasileiros com ensino superior completo saltou de 10,2% para 13,9%, na mesma base de comparação.

No tocante à força de trabalho, as estatísticas apontam que, enquanto no primeiro trimestre de 2012 (início da PNAD Contínua) a parcela de trabalhadores sem instrução correspondia a 6,6% do total da população economicamente ativa (PEA), no terceiro trimestre de 2018 esse percentual se reduziu a menos da metade (3,2%). Em sentido contrário, a proporção de trabalhadores com ensino superior completo avançou de 13,7% para 18,5% (gráfico 1). Em termos absolutos, observa-se que, ao longo destes seis anos, a força de trabalho composta por trabalhadores sem nenhuma instrução recuou 47% – passando de 6,3 para 3,3 milhões. Já o número de trabalhadores com ensino superior completo avançou 48,2%, passando de 13,1 para 19,4 milhões entre o primeiro trimestre de 2012 e o terceiro trimestre de 2018.

Maria Andreia Parente Lameiras
Técnica de Planejamento e Pesquisa da
Diretoria de Estudos e Políticas
Macroeconômicas (Dimac) do Ipea.

maria-andreia.lameiras@ipea.gov.br

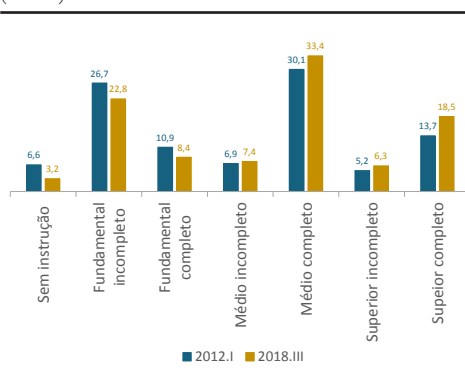
Leonardo Siqueira Vasconcelos
Assistente de Pesquisa da Diretoria de
Estudos e Políticas Macroeconômicas
(Dimac) do Ipea.

leonardo.siqueira@ipea.gov.br

¹ Os autores agradecem os comentários e sugestões de Maurício Cortez Reis, Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria Social (Disoc) do Ipea.

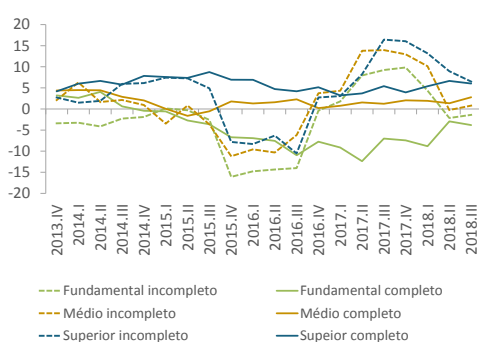
Dentro desse cenário de aumento de escolaridade, a população ocupada (PO) com nível superior é a única parcela de trabalhadores que apresenta taxas de expansão interanuais positivas durante todo o intervalo de tempo coberto pela PNAD Contínua, inclusive nos períodos em que os impactos da crise econômica sobre o emprego foram mais fortes. No terceiro trimestre de 2018, a parcela da ocupação com nível superior cresceu, em termos interanuais, 6,0%, ficando abaixo apenas do subgrupo imediatamente inferior, composto por trabalhadores com ensino superior incompleto, cuja taxa de expansão no período foi de 6,5% (gráfico 2). Adicionalmente, os dados revelam que a taxa de desocupação desse subgrupo mais escolarizado é a que apresenta menor patamar, sinalizando que, de fato, um maior nível de instrução melhora não só a inserção como também a permanência no mercado de trabalho (gráfico 3).

GRÁFICO 1
Composição da PEA por grau de instrução
(Em %)



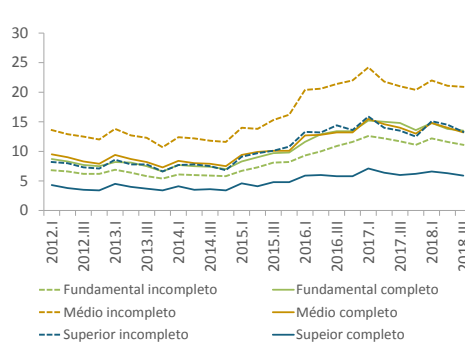
Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac)/Ipea.

GRÁFICO 2
PO por grau de instrução
(Taxa de variação interanual, em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 3
Taxa de desocupação por grau de instrução
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Se, por um lado, os dados da PNAD Contínua mostram que, de fato, a mão de obra brasileira com nível superior vem se expandindo de modo constante e significativo, por outro, a pesquisa revela que a economia não vem gerando postos de trabalho compatíveis com esse aumento da escolaridade. Ou seja, parte desses trabalhadores com ensino superior acaba exercendo funções que requerem um nível de qualificação inferior à sua graduação.

3 Metodologia

A partir dos microdados da PNAD Contínua, foram isolados todos os trabalhadores ocupados que declararam possuir ensino superior ou escolaridade maior, independentemente do tipo de vínculo empregatício e do setor de ocupação. Com

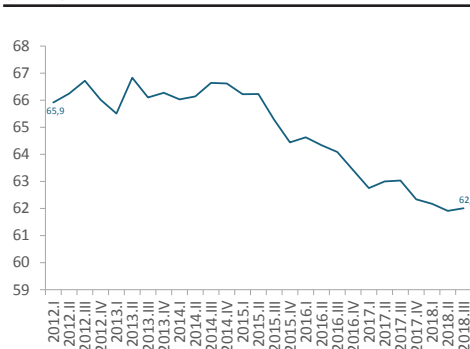
base nesse subconjunto, os trabalhadores foram selecionados de acordo com a sua posição na classificação brasileira de ocupação (CBO).² A metodologia utilizada nesta nota estabeleceu que os cargos compatíveis com a educação de ensino superior são os pertencentes às classes 1 e 2 da CBO, ou seja, “diretores e gerentes” e “profissionais das ciências e intelectuais”.³ O passo seguinte foi a desagregação desses profissionais entre os diversos tipos de vínculo empregatício (empregados do setor privado ou do público, conta própria e empregador). Por fim, a amostra inicial foi reduzida apenas aos trabalhadores com idade entre 25 e 34 anos, com o intuito de identificar se os jovens com nível superior estão enfrentando maiores dificuldades para se inserir no mercado de trabalho em ocupações compatíveis.

4 Principais resultados

As primeiras análises mostram inicialmente que, independentemente do período selecionado, mais de um terço dos trabalhadores que possuem, pelo menos, o ensino superior desempenha funções que requerem uma qualificação inferior à sua escolaridade. Certamente, de 2012 a 2018, em média, apenas 65% dos ocupados com curso superior estão alocados em postos de trabalho que exigem tal qualificação. Recentemente, entretanto, esse percentual tem se reduzido, de modo que, do fim de 2014 até o terceiro trimestre de 2018, verificou-se um recuo de 4,6 pontos percentuais (p.p.), passando de 66,6% para 62,0%, mantendo-se no menor patamar desde o início da série (gráfico 4). Essa piora de desempenho é compatível com o momento pelo qual passa o mercado de trabalho brasileiro, afetado significativamente pela forte crise econômica que gerou um expressivo aumento da taxa de desocupação. Ou seja, diante de um cenário de poucas oportunidades, parte dos trabalhadores mais escolarizados aceitou desempenhar funções abaixo das suas qualificações a fim de evitar o desemprego.

GRÁFICO 4

Proporção dos ocupados com nível superior que desempenham funções compatíveis com a sua escolaridade no total da ocupação (Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Na desagregação por vínculo empregatício, os dados mostram que as duas maiores parcelas dos trabalhadores com ensino superior que estão alocados em posições que fazem jus à sua escolaridade estão empregadas nos setores privado e público. No entanto, enquanto a proporção destes ocupados se mantém estável ao longo do tempo no setor privado, na esfera pública nota-se uma desaceleração.

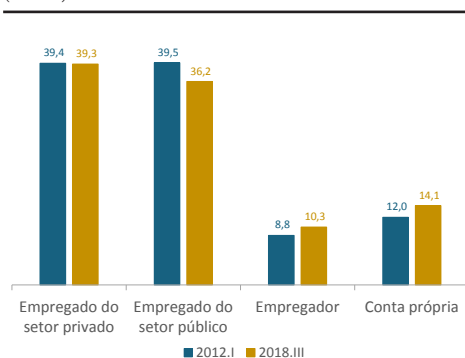
2 A CBO descreve e ordena as ocupações dentro de uma estrutura hierarquizada, segundo características ocupacionais que dizem respeito à natureza da força de trabalho (funções, tarefas e obrigações que tipificam a ocupação) e ao conteúdo do trabalho (conjunto de conhecimentos, habilidades, atributos pessoais e outros requisitos exigidos para o exercício da ocupação). O Ministério do Trabalho é responsável pela gestão e manutenção da CBO.

3 Entre as classes 1 e 2 da CBO, a maior parte das ocupações definidas para o nível de quatro dígitos considera a formação superior necessária para o desempenho das atividades. Já entre as classes de 3 e 9 da CBO, são raras as ocupações com quatro dígitos em que é mencionada a necessidade de formação superior.

No primeiro trimestre de 2012, 39,4% e 39,5% desse contingente de trabalhadores estava ocupado nos setores privado e público, respectivamente, ao passo que, no terceiro trimestre de 2018, esses percentuais foram de 39,3% e 36,2% (gráfico 5). Na direção contrária, vem aumentando a proporção desses trabalhadores que agora atuam como conta própria e empregadores. Em relação ao conta própria, observa-se que, de 2012 a 2018, a participação desse subgrupo passou de 12% para 14,1%. No caso dos empregadores, a parcela avançou de 8,8% para 10,3%, na mesma base de comparação.

GRÁFICO 5

Proporção dos ocupados com nível superior que desempenham funções compatíveis com a sua escolaridade – por tipo de vínculo
(Em %)

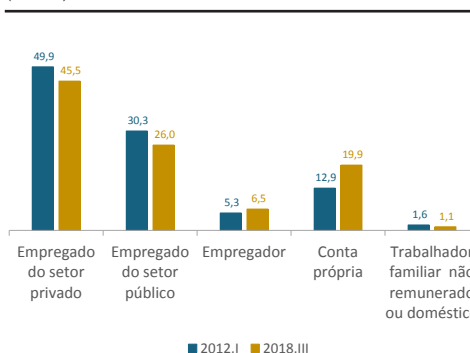


Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

De maneira análoga, a maior parte dos trabalhadores com nível superior que não exercem função compatível declarou estar na condição de empregado (nos setores privado e público). Em 2012, 49,9% e 30,3% desse grupo estava empregado nos setores privado e público, respectivamente. Ao longo do tempo, houve uma redução na participação desses trabalhadores nos dois segmentos, de forma que, no terceiro trimestre de 2018, essas parcelas foram de 45,5% e 26,0% (gráfico 6). Nos demais tipos de vínculo, nota-se que os relativos de conta própria e empregadores aumentaram de 12,9% e 5,3%, em 2012, para 19,9%, 6,5% em 2018, respectivamente. No caso dos trabalhadores não remunerados e domésticos houve um leve recuo no período considerado.

GRÁFICO 6

Proporção dos ocupados com nível superior que não desempenham funções compatíveis com a sua escolaridade – por tipo de vínculo
(Em %)



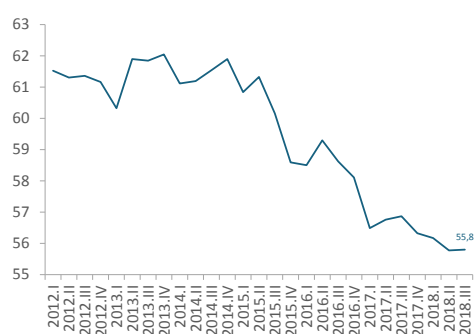
Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Ainda dentro deste escopo de análise e com o intuito de verificar se a obtenção de uma vaga de trabalho compatível com a escolaridade superior tem sido mais fácil ou não para a parcela mais jovem da população, foram feitas essas mesmas análises apenas para o contingente de trabalhadores entre 24 e 35 anos. Nesse caso, observou-se que, além de historicamente encontrarem maior dificuldade para a obtenção de emprego compatível com a sua educação superior, a situação desses trabalhadores mais jovens também tem se deteriorado ao longo do tempo. De fato, enquanto na média de 2012 a 2018 65% de todos os ocupados com nível superior estavam alocados em cargos compatíveis com a sua escolaridade, quando se restringe o escopo de análise para os trabalhadores com idade entre 24 e 35 anos, essa proporção cai para 59,5%. Da mesma maneira como ocorreu com o total dos

ocupados, a crise econômica dificultou ainda mais o acesso a empregos de maior qualificação de quem está entrando no mercado de trabalho. Do fim de 2014 ao terceiro trimestre de 2018, a queda da participação dos jovens com nível superior que desempenhavam funções compatíveis com a sua escolaridade foi de 6,1 p.p., passando de 61,9% para 55,8% (gráfico 7). Levando-se em conta todo o período da pesquisa, vê-se que, proporcionalmente, a queda da ocupação entre os jovens foi maior que a média de toda a ocupação (gráfico 8).

GRÁFICO 7

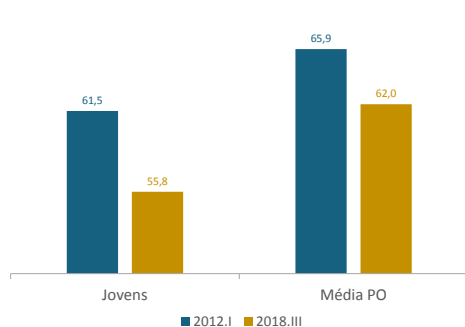
Proporção dos ocupados – com idade entre 24 e 35 anos – com nível superior que desempenham funções compatíveis com a sua escolaridade no total da ocupação
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 8

Proporção dos ocupados totais – com idade entre 24 e 35 anos – com nível superior que desempenham funções compatíveis com a sua escolaridade
(Em %)

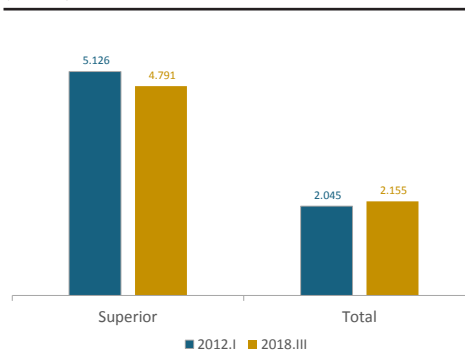


Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Por fim, os dados mostram que esse aumento na proporção de trabalhadores com ensino superior que acabam migrando para ocupações com requisitos de escolaridade mais baixos vem gerando um efeito composição, contribuindo para que os salários recebidos pelos ocupados com ensino superior completo registram leve desaceleração, mostrando trajetória distinta da média observada de todos os rendimentos da economia (gráfico 9). De acordo com o gráfico 10 observa-se que, embora os salários recebidos pelos trabalhadores com ensino superior completo que exercem funções compatíveis à sua escolaridade estejam bem acima dos recebidos pelo grupo que desempenha ações inferiores à sua qualificação, esta diferença vem se expandindo nos últimos trimestres, indicando que os efeitos da crise sobre os salários foram mais intensos em postos de trabalho que requerem menor especialização.

GRÁFICO 9

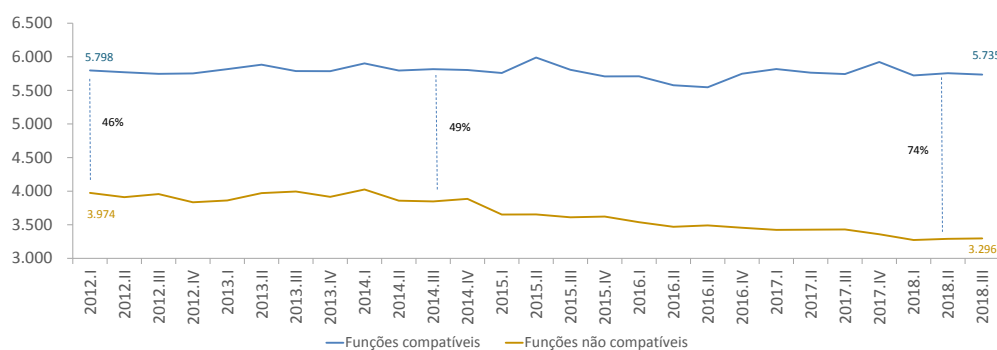
Rendimento médio real habitualmente recebido
(Em R\$)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 10

Rendimento médio real habitualmente recebido pelos ocupados com nível superior
(Em R\$)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

5 Considerações finais

Ainda que venha crescendo o número de trabalhadores com ensino superior no mercado de trabalho brasileiro, parte deste contingente não consegue obter uma função compatível com o seu grau de instrução. Logo, apesar de apresentar uma taxa de desemprego abaixo das demais categorias, mais de um terço dos indivíduos mais graduados está ocupando postos de emprego que não requerem o seu nível de conhecimento. Adicionalmente, os efeitos da crise econômica sobre o mercado de trabalho reforçaram ainda mais esse quadro, de modo que, no terceiro trimestre de 2018, de cada dez trabalhadores ocupados, quatro estavam em funções que prescindiam da sua qualificação. No caso dos mais jovens, o estudo revela que sua inserção nos segmentos de ocupação correspondentes com seu grau de instrução é ainda mais difícil. Se no fim de 2014 38% dos indivíduos de 24 a 35 anos, com ensino superior, possuíam empregos abaixo do seu nível de qualificação, no último trimestre este percentual já havia avançado para 44,2%.

Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac)

José Ronaldo de Castro Souza Júnior – Diretor
Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti – Diretor Adjunto



Grupo de Conjuntura

Equipe Técnica:

Christian Vonbun
Estêvão Kopschitz Xavier Bastos
Leonardo Mello de Carvalho
Marcelo Nonnenberg
Maria Andréia Parente Lameiras
Mônica Mora Y Araujo de Couto e Silva Pessoa
Paulo Mansur Levy
Vinicius dos Santos Cerqueira
Sandro Sacchet de Carvalho

Equipe de Assistentes:

Ana Cecília Kreter
Augusto Lopes dos Santos Borges
Felipe dos Santos Martins
Felipe Simplicio Ferreira
Janine Pessanha de Carvalho
Leonardo Simão Lago Alvite
Matheus Rabelo de Souza
Monyk Brites Alves Cardoso
Pedro Mendes Garcia
Renata Santos de Mello Franco
Victor Henrique Farias Mamede

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.